Marcos Marini deixa o Legislativo de Pato Branco para assumir cargo no Estado

DIVULGAÇÃO CMPB



Marini vai atuar na Secretaria de Planejamento do Estado do Paraná

Marcilei Rossi
marcilei@diariodosudoeste.com.br

Na sessão dessa quarta-feira (15), foi apreciado o Requerimento nº 121/2023, de pedido de licença não remunerada feita por Marcos Junior Marini (Podemos), pelo período de 120 dias, a contar da quinta-feira (23).

Em seu pronunciamento, no Grande Expediente da Casa, Marini explicou que a licença se justifica pelo fato de estar assumindo um cargo no Governo do Estado, na Secretaria de Planejamento. "Um novo ciclo que começa, com inúmeros desafios relacionados a um novo mandato do governador Carlos Massa Ratinho Junior".

Marini fez um apanhado das ações por ele desempenhadas na Casa e ao se dirigir aos seus eleitores, afirmou que "este é um novo ciclo, que possibilitará na função de Diretor de Projetos Estruturantes do Governo do Estado do Paraná, aportar recursos para nossa cidade, em conjunto, em parceria com os deputados que nos representam."

No lugar deixado por Marini, quem deve assumir é o suplente Rodrigo José Correia, o Chupim, que será convocado tão logo Marini se licencie. A partir da data, Chupim terá cinco dias para assumir.

MAIS TRABALHO
MAIS PARANÁ
Agência do Trabalhador

VAGAS EM
PATO BRANCO

Auxiliar de cozinha
Atendente de lanchonete
Auxiliar de enfermagem
Estoquista
Lavador de automóveis
Mecânico de automóveis
Motorista de caminhão (munck)
Operador de caixa
Vendedor interno
Zelador

Os interessados devem comparecer na Agência do Trabalhador, Travessa Santo Cola, 102, Baixada

Governador defende concessões e parceria com a iniciativa privada para o Paraná avançar

JONATHAN CAMPOS/AEN



Ratinho Junior e os governadores do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, e de São Paulo Tarcísio Freitas participaram de mesa de debates

AEN

O governador Carlos Massa Ratinho Junior participou na quarta-feira (15) de uma mesa de debates do CEO Conference 2023, um evento voltado ao público empresarial promovido pelo banco BTG Pactual, em São Paulo. Ao lado dos governadores do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, e de São Paulo, Tarcísio de Freitas, ele defendeu o modelo de gestão adotado pelo Governo do Paraná a partir de 2019, baseado em concessões à iniciativa privada, eficiência da gestão pública e programas sociais.

Indagado sobre as parcerias firmadas com a iniciativa privada para melhoria da prestação de serviços à população paranaense, Ratinho Junior citou algumas medidas tomadas durante o seu primeiro mandato à frente do Estado e outras que estão em andamento para dar mais dinamismo aos atuais desafios econômicos.

"Para nós, a política de concessões é uma grande oportunidade e não pode ser vista apenas por um viés ideológico negativo", disse. "Estamos inclusive buscando um consenso com a União em pautas de interesse comum, que independem de ideologia, e que podem fazer o Paraná e o Brasil avançarem em termos de infraestrutura e competitividade".

Um dos exemplos citados pelo governador foi a realização dos leilões dos terminais do Porto de Paranaguá. O Paraná foi o primeiro Estado do Brasil a leiloar uma área portuária depois de receber autonomia para administrar os contratos de exploração. Os investimentos garantem estruturas mais modernas e mais eficiência nas operações portuárias, além de gerarem novos empregos e renda no porto e no Litoral. Os negócios são atrativos para o mercado e os processos foram abertos para acompanhamento de toda a comunidade envolvida.

O terminal PAR12, de 74,1 mil m² e capacidade de armazenagem anual de 120 mil veículos, foi arrematado por R$ 25 milhões e a empresa vencedora tem a obrigação de fazer investimentos de R$ 22 milhões ao longo de 25 anos, além de pagamentos mensais pela ocupação da área. Em 2022, o terminal PAR32 foi arrematado por R$ 30 milhões. A área tem 6,6 mil m², destinada em especial a cargas de açúcar, e deverá receber cerca de R$ 4,17 milhões em melhorias da empresa responsável.

Na última sexta-feira (24) do mês, a Portos do Paraná leiloará mais duas áreas portuárias que deverão receber um aporte de somado de R$ 1,2 bilhão. A PAR09, de 24 mil m², destinada à movimentação e armazenagem de graneis sólidos vegetais, e a PAR50, com 85 mil m², para granéis líquidos.

A Portos do Paraná prepara, ainda, estudos sobre dois outros leilões. A PAR03 será destinada à movimentação e armazenagem de granéis sólidos minerais, principalmente fertilizantes. A área tem 38 mil m² e engloba o pátio localizado em frente à sede administrativa da Portos do Paraná e o Terminal Público de Fertilizantes. O levantamento preliminar aponta a necessidade de investimentos mínimos de R$ 233 milhões, valor que ainda pode ser alterado. Já a PAR05, que possui cerca de 30 mil m², está com os estudos em fase inicial.

Copel

Outra medida destacada por Ratinho Junior no debate é o processo de transformação do modelo administrativo da Copel em corporação. A forma, consagrada nos países mais desenvolvidos, é a mais moderna da atualidade e é adotada por empresas como a Vale, Embraer e Eletrobras, gigantes dos seus setores. Dessa maneira, a Companhia estará pronta para as mudanças que vão impactar o setor energético nos próximos anos, voltadas aos compromissos ambientais e de geração limpa.

O Governo do Estado comunicou a Copel no final de 2022 sobre a intenção de transformá-la em uma corporação. A proposta foi aprovada pela Assembleia Legislativa em um modelo que prevê que a empresa não terá um dono e o capital será disperso. Apesar disso, o Estado seguirá como maior acionista, mantendo uma participação mínima de 15%, e também terá uma ação de classe especial, golden share, com poder de veto, que visa garantir os investimentos da Copel Distribuição de acordo com os interesses da população paranaense.

Concessões rodoviárias

Ao falar sobre a relação com o governo federal, o governador lembrou do processo de discussão que culminou na definição de um novo modelo de concessão das rodovias do Paraná. "Trabalhamos muito na definição dessa modelagem em um diálogo extenso com a gestão federal anterior, em especial com o governador Tarcísio de Freitas, quando era o ministro da Infraestrutura, e estamos com um bom diálogo com a atual gestão para avançarmos nos leilões", afirmou.

Entre os aspectos defendidos pelo Estado perante à União, estabelecidos a partir de amplos estudos técnicos e consultas públicas, estão a manutenção de tarifas mais baixas do que aquelas praticadas nos contratos anteriores, a garantia da realização de um grande pacote de obras para melhoria da infraestrutura viária atual (projetado em mais de R$ 50 bilhões) e a disputa na Bolsa de Valores com disputa livre de preço.

"Dividimos a concessão em seis grandes lotes, com 3.300 quilômetros de rodovias estaduais e federal, o maior pacote da América da Latina, e acredito que em conjunto com o novo governo federal possamos colocar os dois primeiros lotes à disposição do mercado nos próximos meses", apontou o governador.

Nova Ferroeste

Classificado pelo Governo do Estado como maior projeto logístico desta gestão, a Nova Ferroeste também integra o pacote de concessões na área de infraestrutura do Paraná defendido por Ratinho Junior. "Este é o nosso grande projeto logístico e que foi considerado pela coroa britânica como o projeto férreo mais sustentável do mundo", disse o governador.

Em 2022, foi apresentado o edital do leilão e o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) em uma rodada de audiências públicas no Paraná e Mato Grosso do Sul, que agora passa pela revisão final, com aprimoramentos do projeto pelo Governo do Paraná a pedido do Ibama para a obtenção do Licenciamento Prévio.

A Nova Ferroeste ampliará as duas pontas da atual Ferroeste, que opera entre os municípios de Cascavel e Guarapuava. Além de ligar Maracaju (MS) com o Porto de Paranaguá, dois ramais vão partir de Cascavel até Chapecó, em Santa Catarina, e Foz do Iguaçu, na fronteira com a Argentina e o Paraguai. Ao todo serão 1.567 quilômetros de trilhos que vão passar por 66 municípios nos três estados.

Estão contidos no leilão, que também deve ocorrer na Bolsa de Valores, quatro contratos de concessão e um de autorização do governo estadual com o Ministério da Infraestrutura. O Governo do Paraná vai ceder os contratos, mediante o valor mínimo de R$ 178 milhões. Quem der o maior lance ficará responsável pelas obras e a exploração da malha férrea por 99 anos, num investimento previsto de R$ 35 bilhões.

Estado vai promover evento sobre uso do hidrogênio renovável no Paraná

AEN

O Plano Estadual de Hidrogênio Renovável foi tema de uma reunião nesta semana na Secretaria de Estado de Planejamento. Com participação do secretário da pasta, Guto Silva, e de representantes da Copel, Sanepar, Parque Tecnológico Itaipu, Compagás, Invest Paraná e da Secretaria da Fazenda, ficou definida a realização de um evento estadual sobre o tema em maio.

A previsão é que, no mesmo mês, seja estabelecida a contratação de um estudo profundo das potencialidades do hidrogênio renovável e de possíveis mecanismos de desoneração, visando despertar o interesse de players do setor.

"Estamos sempre acompanhando o que acontece nesta área, sobretudo na Europa, que pela grande dependência do gás da Rússia tem levado a grandes investimentos em hidrogênio renovável", disse Guto Silva, destacando que essa energia hoje abastece indústrias, caminhões pesados, navios e aviões.

Segundo o secretário de Planejamento, o evento irá reunir pesquisadores e empresas vinculadas ao setor, com vistas a embasar a organização e preparação do Estado, a médio e longo prazo, posicionando o Paraná para quando essa tecnologia estiver madura.

O hidrogênio renovável se refere a progresso, sustentabilidade e riqueza para os paranaenses, segundo o diretor-presidente da Sanepar, Claudio Stabile, visto que pode fazer com que os resíduos sanitários, caso sejam usados nessa produção, passem de um custo para o Estado para um ativo capaz de gerar receita. "Nosso alvo principal é a questão de fomento de uma economia circular e da proteção do meio ambiente. Nossa chance é agora, fazendo trabalhos como esses", afirmou.

Com esse grupo de planejamento, de acordo com Rafael Lamastra Júnior, presidente da Compagas, o Paraná sai na frente, principalmente por integrar, logo no início dos trabalhos, entes envolvidos em toda a cadeia produtiva, do planejamento à distribuição dessa energia.

"O maior desafio hoje relacionado ao hidrogênio renovável é justamente a distribuição, processo que envolve nossa companhia e que é parte sensível da cadeia, que exige amplo mapeamento das demandas do setor", diz Lamastra Júnior.

MAIS TRABALHO MAIS PARANÁ
Agência do Trabalhador

VAGAS EM PATO BRANCO

Atendente de lanchonete
Auxiliar de cozinha
Auxiliar de linha de produção (indústria de confecções)
Borracheiro
Cozinheiro geral
Lavador de automóveis
Marceneiro
Operador de movimentação e armazenamento de carga
Polidor de automóveis
Vendedor interno
Zeladora

Os interessados devem comparecer na Agência do Trabalhador, Travessa Santo Cola, 102, Baixada

Câmara aprovada Moção de Aplauso pelos 20 anos de fundação da Coopertradição

Assessoria

DIVULGAÇÃO



Sessão da quarta-feira, foi realizada na UTFPR

Na sessão ordinária da quarta-feira (15), realizada no auditório da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), os vereadores aprovaram a entrega de Moção de Aplauso para a Cooperativa Agropecuária Tradição (Coopertradição).

A proposição foi apresenta pelo vereador Eduardo Dala Costa (MDB), levando em consideração os 20 anos de fundação da cooperativa. De acordo com o projeto, a Coopertradição foi fundada em 22 de janeiro de 2003, por um grupo de 25 produtores rurais, que cultivavam soja, milho, trigo, feijão e cevada. No mês de junho de 2003, a Cooperativa iniciou suas atividades e, atualmente, conta com mais de 1.872 associados.

Grande expediente

Já no espaço do Grande expediente, a arquiteta da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, Isabel Consoli, convidada pelos vereadores Lindomar Brandão (PP) e Marcos Marini (Podemos), falou sobre a Audiência Pública para revisão do Plano Diretor, que será realizada em 28 de fevereiro, a partir das 19h, no Largo da Liberdade.

Isabel explicou sobre as fases de elaboração do Plano Diretor, as já realizadas e as que estão por vir. De acordo com a profissional, o Plano Diretor é um documento complexo, que envolve áreas multidisciplinares, com questões ambientais, construtivas, territoriais, jurídicas, entre outras, e que precisa ser elaborado de forma participativa, ouvindo a população.

"Neste momento, estamos na terceira etapa do processo, que é chamada de 'objetivos, diretrizes e propostas para uma cidade acessível e sustentável'. Este documento já está disponível no site da Prefeitura de Pato Branco, no link do Plano Diretor, e pode ser acessado em www.patobranco.pr.gov.br/planodiretor. Será este o documento a ser debatido na Audiência Pública do dia 28 de fevereiro, onde todos estão convidados para participar e dar sua opinião, presencialmente ou acompanhando a transmissão ao vivo, que será feita pela página do Facebook do Município de Pato Branco. Os cidadãos poderão apresentar suas sugestões durante a Audiência Pública, estando no Largo da Liberdade ou enviando via Facebook, ou enviando pelo espaço do Plano Diretor, no site da Prefeitura", informou Isabel.

TCU vai apurar gastos de Bolsonaro com cartão corporativo

Agência Brasil

Auditores do Tribunal de Contas da União (TCU) vão avaliar os gastos que a Presidência da República realizou no cartão corporativo, de agosto a outubro de 2022. A abertura do processo de fiscalização foi aprovada na quarta-feira (15) e atende a um pedido do Congresso Nacional.

O objetivo da solicitação apresentada pelo então deputado federal Elias Vaz (PSB-GO) é verificar a legalidade e a legitimidade das despesas sigilosas que membros diretos da equipe presidencial realizaram no período, usando o cartão corporativo. Derrotado nas últimas eleições, quando disputou um novo mandato como deputado, Vaz foi nomeado Secretário de Assuntos Legislativos do atual Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Além dos órgãos da Presidência da República, tais como a Secretaria-Geral, o Gabinete Pessoal do presidente e o Gabinete de Segurança Institucional, a fiscalização também incidirá sobre a atuação do Banco do Brasil, operador das despesas feitas no cartão corporativo.

No requerimento inicial, aprovado pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, Vaz aponta que, nos três meses que antecederam as eleições de 2022, houve um "expressivo aumento de gastos" dos recursos públicos federais destinados a custear as despesas da equipe direta do ex-presidente Jair Bolsonaro.

No pedido de fiscalização que apresentou ao TCU, Vaz alegou que os gastos da presidência com despesas sigilosas nos três meses que antecederam a eleição ultrapassaram os R$ 9,18 milhões – o que representa uma média mensal de pouco mais de R$ 3 milhões. Valor que, de acordo com o parlamentar, corresponde a um aumento de 108% em comparação aos cerca de R$ 1,57 milhão de gasto médio mensal entre janeiro e o início de novembro do ano passado.

Cantu se reúne com Deltran Dallagnol

DIVULGAÇÃO



Encontro ocorreu na quarta-feira

Na quarta-feira (15) o deputado federal Deltan Dallagnol (Podemos) recebeu o prefeito de Pato Branco, Robson Cantu (PSD/PR) em seu gabinete na Câmara dos Deputados, em Brasília.

O encontro serviu para o deputado, compreender as pautas municipais, que envolvem saúde, educação e direitos das crianças autistas.

Dallagnol que recebeu 5.657 votos (11,96%) em Pato Branco, destacou a importância da visita do Administrador de sua cidade natal. "Receber o prefeito em nosso gabinete é receber todos os cidadãos pato-branquenses. Foi importante ouvir as necessidades do município, pois nosso mandato quer representar a voz das pessoas que nos elegeram", pontuou. **(Assessoria)**